

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	12
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	33
10.8 - Plano de Negócios	34
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção;*
- ii. os instrumentos utilizados para proteção;*
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;*

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, pois não possui expectativas relevantes quanto à eventual possibilidade de redução ou aumento quanto à exposição aos riscos mencionados no item 4.1.

Contudo, por ser bastante conservadora com os riscos não inerentes ao seu negócio principal adota Políticas de controle de riscos direcionados ao mercado quais sejam:

- Política de Exposição Cambial, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22/03/2013 e alterada pelo Conselho em 21/03/2016, que trata do risco a exposição cambial ao qual a Companhia está submetida, definindo alçadas para captação de recursos externos e amortização de dívidas, limites de variação cambial a ser submetida ao resultado da Companhia e gatilhos para contratação de instrumentos financeiros de *hedge*;

- Política de Tesouraria, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16/10/2014, que visa gerenciamento de riscos de moeda, taxa de juros e indexadores, cria alçadas da Diretoria executiva para realização de aplicações e captações;

- Política de Compra de Algodão, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/08/2015, que visa evitar falta de abastecimento e/ou estoques excessivos; mitigar possíveis riscos de baixa qualidade em parte da safra, e por consequência evitar possíveis quedas de qualidade do produto CIC; e, não bancar altos estoques e evitar compras na entressafra, período esse que historicamente os preços são mais altos;

- Matriz de Risco, visa apontar quais são os riscos que a Companhia esta exposta e que sejam: i) de alta probabilidade e alto impacto financeiro; ii) de alta probabilidade e médio impacto financeiro; iii) média probabilidade e alto impacto financeiro; iv) média probabilidade e médio impacto financeiro; v) baixa probabilidade e alto impacto financeiro; vi) baixa probabilidade e médio impacto financeiro. Estas matrizes são acompanhadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

- Alçadas de competência, aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2016, através da reforma e consolidação do novo Estatuto Social;

- Política de Segurança da Informação, aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 06/11/2015, que visa estabelecer normas, métodos e procedimentos de segurança da informação aplicado aos recursos tecnológicos;

- Política de Crédito de Clientes Mercado Interno, aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 05/04/2014, que visa estabelecer alçadas para definição de limite de crédito aos clientes do mercado interno.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;*
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:*
- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;*
 - ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);*
 - iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);*
 - iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;*
 - v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;*
 - vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado;*
- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.*

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos de mercado, contudo é bastante conservadora com riscos não inerentes ao seu negócio principal. Está exposta a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros, câmbio e risco de preço de commodities (algodão).

Entre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos:

- Política de Exposição Cambial, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22/03/2013 e alterada pelo Conselho em 21/03/2016, que trata do risco a exposição cambial ao qual a Companhia está submetida, definindo alçadas para captação de recursos externos e amortização de dívidas, limites de variação cambial a ser submetida ao resultado da Companhia e gatilhos para contratação de instrumentos financeiros de *hedge*;

- Política de Tesouraria, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16/10/2014, que visa gerenciamento de riscos de moeda, taxa de juros e indexadores, cria alçadas da Diretoria executiva para realização de aplicações e captações;

- Política de Compra de Algodão, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/08/2015, que visa evitar falta de abastecimento e/ou estoques excessivos; mitigar possíveis riscos de baixa qualidade em parte da safra, e por consequência evitar possíveis quedas de qualidade do produto CIC; e, não bancar altos estoques e evitar compras na entressafra, período esse que historicamente os preços são mais altos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

- Matriz de Risco, visa apontar quais são os riscos que a Companhia esta exposta e que sejam: i) de alta probabilidade e alto impacto financeiro; ii) de alta probabilidade e médio impacto financeiro; iii) média probabilidade e alto impacto financeiro; iv) média probabilidade e médio impacto financeiro; v) baixa probabilidade e alto impacto financeiro; vi) baixa probabilidade e médio impacto financeiro. Estas matrizes são acompanhadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Companhia;

- Alçadas de competência, aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2016, através da reforma e consolidação do novo Estatuto Social;

- Política de Segurança da Informação, aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 06/11/2015, que visa estabelecer normas, métodos e procedimentos de segurança da informação aplicado aos recursos tecnológicos;

- Política de Crédito de Clientes Mercado Interno, aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 05/04/2014, que visa estabelecer alçadas para definição de limite de crédito aos clientes do mercado interno.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;*

A Companhia vem promovendo o fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando aprimorar processos e a gestão de riscos.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas;*

Conselho de Administração, Diretoria Executivas e Gerências de área.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;*

A Diretoria Executiva apresenta bimestralmente ao Conselho de Administração da Companhia a Planilha de Controle do Relatório de Controles Internos emitido pelos auditores independentes da Companhia, indicando o acompanhamento da evolução das medidas adotadas para solução dos apontamentos evidenciados.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;*

- Item 1 "a" - Ausência de formalização da decisão da contratação de câmbio;
- Item 1 "b" - Revisão da conciliação dos recebimentos referentes ao mercado externo;
- Item 1 "c" - Revisão da conciliação mensal das aplicações financeiras
- Item 1 "d" - Revisão das apurações de impostos indiretos - ICMS, ISS e CPRB
- Item 1 "e" - Revisão das apurações de impostos diretos - IRPJ e CSLL
- Item 1 "f" - Revisão das conciliações de empréstimos e financiamentos
- Item 1 "g" - Revisão da conciliação das contas patrimoniais
- Item 1 "h" - Revisão das conciliações dos depósitos judiciais e processos
- Item 2 - Ausência de contratos com representantes ME
- Item 3 - Integração parcial entre os módulos contábil e patrimonial no sistema
- Item 4 - Ausência de fiscalização na saída da Companhia
- Item 5 - Sistema de Expedição não impede a emissão de NF's sem minutas
- Item 6 - Contabilização de equivalência patrimonial investidas
- Item 7 - Registro da Receita no momento da emissão da NF
- Item 8 - Procedimento de revisão periódica das taxas de AVP
- Item 9 - Ausência de Atualizações das Contingências
- Item 10 - Ausência de registro de efeito vago

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- Item 11 - Deficiência do relatório de imobilizado para cálculo de depreciação
- Item 12 - Deficiência no relatório de devoluções de clientes MI
- Item 13 - Comissões - Ausência de descanso semanal remunerado
- Item 14 - Provisão de férias
- Item 15 - Adicional de Insalubridade
- Item 16 - Ausência de integração do DSR de horas extras no cálculo de Insalubridade
- Item 17 - Segregação DSR
- Item 18 - Apuração do ponto
- Item 19 - Mútuos ativos registrados contabilmente sem remuneração
- Item 20 - Conciliação entre a movimentação patrimonial das contas de Provisão e Resultado do Exercício
- Item 21 - Previdência Privada - Dedutibilidade.
- Item 22 - PIS/COFINS Ausência de Tributação das Receitas de Benefício Fiscal
- Item 23 - Risco de glosa dos créditos de PIS e Cofins extemporâneos lançados no Ativo
- Item 24 - Ausência de Provisão de PIS e COFINS referente Receita de Variação Cambial Auferida após o recebimento dos valores decorrentes de exportação.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações que estão sendo monitoradas pela administração e acompanhadas bimestralmente pelo Conselho de Administração, e atualmente as medidas corretivas de cada item apontado se encontram da seguinte forma:

Item	Status
Item 1 "a" - Ausência de formalização da decisão da contratação de câmbio	A Companhia Industrial Cataguases, efetua a administração das cambiais seguindo parâmetros previstos em sua Política Cambial. Para melhor evidência e transparência no processo de contratação de câmbio, a partir de Nov/15 implementamos "Simulador Contratação Câmbio" - planilha onde se evidencia o montante contratado, moeda, tipo de contratação, taxas ofertadas pelas instituições financeiras e tarifas praticadas. Com as informações, o Simulador de Contratação Câmbio efetua o cálculo da taxa all in, o que proporcionando assim análise para tomada de decisão, e após a planilha é impressa e recebe o visto da analista responsável pela contratação e de um representante da empresa (Diretor ou Procurador).
Item 1 "b" - Revisão da conciliação dos recebimentos referentes ao mercado externo	Implementação Imediata da evidenciação trimestral

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Item 1 "c" - Revisão da conciliação mensal das aplicações financeiras	Implementação Imediata da evidenciação trimestral
Item 1 "d" - Revisão das apurações de impostos indiretos - ICMS, ISS e CPRB	Implementação Imediata da evidenciação trimestral
Item 1 "e" - Revisão das apurações de impostos diretos - IRPJ e CSLL	Implementação Imediata da evidenciação trimestral
Item 1 "f" - Revisão das conciliações de empréstimos e financiamentos	Implementação Imediata da evidenciação trimestral
Item 1 "g" - Revisão da conciliação das contas patrimoniais	Implementação Imediata da evidenciação trimestral
Item 1 "h" - Revisão das conciliações dos depósitos judiciais e processos	Implementação Imediata da evidenciação trimestral
Item 2 - Ausência de contratos com representantes ME	A Companhia está trabalhando na elaboração de uma minuta de contrato de representação comercial, para a formalização da relação de representação comercial existente com os Agentes Internacionais.
Item 3 - Integração parcial entre os módulos contábil e patrimonial no sistema	Sector de TI está avaliando a capacidade técnica e custos envolvidos
Item 4 - Ausência de fiscalização na saída da Companhia	A empresa completa 80 anos em 2016 e não é costume este tipo de procedimento para com os empregados e visitantes. Desde meados de 2014 foi implementado na portaria o controle de acesso informatizado, limitando o acesso dos empregados ativos e em seus horários de trabalho. Os visitantes são identificados na entrada, cadastrados e acompanhados pelo gestor responsável tanto na entrada quanto na saída. Os fornecedores também passam pelo mesmo critério. Ainda para reduzir a possibilidade de saída de ativos da empresa bem como otimizar processos, foi implementado o sistema de monitoramento por meio de câmeras instaladas em sua estrutura produtiva e administrativa. Portanto não será alterado o procedimento vigente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Item 5 - Sistema de Expedição não impede a emissão de NF's sem minutas	Depto de TI está avaliando junto com Depto Comercial a real necessidade de bloqueio e as opções de como fazê-lo
Item 6 - Contabilização de equivalência patrimonial investidas	Este fato ocorreu durante alguns meses de 2015, e já foi regularizado o envio por parte do escritório de contabilidade responsável.
Item 7 - Registro da Receita no momento da emissão da NF	Este fato ocorre em relação ao faturamento mercado interno, visto que o faturamento para o mercado externo é registrado no momento do embarque da mercadoria para o exterior. Entretanto o saldo líquido destas distorções no MI são irrelevantes. Em dezembro de cada ano a empresa promove férias coletivas na segunda quinzena do mês e neste período nada é despachado para clientes. Não iremos alterar o procedimento vigente
Item 8 - Procedimento de revisão periódica das taxas de AVP	A taxa de AVP é revisada sempre que altera as políticas de compra ou venda da Companhia no que diz respeito aos prazos recebimentos/pagamentos bem como as taxas médias de juros pactuadas. Estaremos evidenciando com frequência trimestral a revisão das taxas solicitando as áreas envolvidas as informações das taxas médias pactuadas.
Item 9 - Ausência de Atualizações das Contingências	<u>Processos Trabalhistas</u> : Realizado mensalmente para controle da provisão contábil; <u>Processos Cíveis e Tributários</u> : Será realizado acompanhamento trimestral do andamento dos processos
Item 10 - Ausência de registro de efeito vagão	Não procede. O efeito vagão quando relevante é efetuado os devidos ajustes contábeis.
Item 11 - Deficiência do relatório de imobilizado para cálculo de depreciação	Ponto não procedente, a Companhia tem condições de avaliar/recalcular a depreciação do período de maneira eficiente, através de relatório extra-contábil gerado diretamente da base do Sistema Logix. No fechamento de 2015, já enviamos para a equipe da EY arquivo nos moldes solicitados.
Item 12 - Deficiência no relatório de devoluções de clientes MI	Será providenciado um aperfeiçoamento no relatório gerencial de devoluções de cliente, visando adequarmos as melhores práticas de controles. Apesar do relatório não evidenciar a confrontação, os valores são conciliados com o Departamento Financeiro da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Item 13 - Comissões - Ausência de descanso semanal remunerado	Vamos alterar o procedimento e destacar a partir de então o DSR sobre comissões.
Item 14 - Provisão de férias	O ponto levantado diz respeito à 'provisão' e não a 'pagamento' mensuradas como 'pequenas divergências'. É realmente um pouco complexo tratar de provisão quando trabalhamos com a variável 'troca de turma' no cenário real (e não de provisão). Para aprimorar o processo estamos desenvolvendo junto a equipe TI melhorias em nosso sistema. Não iremos alterar a pratica vigente.
Item 15 - Adicional de Insalubridade	O horário noturno termina às 05:00 horas da manhã (CLT) e a empresa prorroga o horário até às 06:10, pagando diariamente 01:10 extra. Estamos analisando junto com nossos assessores jurídicos a melhor forma de apresentar uma eventual solicitação junto a Delegacia Regional do Trabalho
Item 16 - Ausência de integração do DSR de horas extras no cálculo de Insalubridade	Falha eventual já corrigida
Item 17 - Segregação DSR	A empresa efetua o pagamento do DSR e não há erro em cálculo e não existe razão para questionamento em futuras fiscalizações trabalhistas, logo não há evidência que contrarie a Lei nº 605 de 5 de janeiro de 1949. Ainda assim, visando melhor clareza no envio das rubricas para o e-Social, estamos providenciando a segregação do evento da verba salário. A data de conclusão é agosto/2016 para coincidir com implementação do e-Social para evitar retrabalhos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Item 18 - Apuração do ponto	<p>É uma prática comum nas empresas e até bem pouco tempo, era matéria divergente entre a Receita Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego. Realmente, iniciando a vigência do e-Social é um ponto passível de questionamento e punição, pois a regra de pagamento é muito clara na CLT. O assunto será mais detalhadamente discutido com a Presidência da empresa, pois a alteração acarreta efeitos nos calendários de fechamento contábil, além do reflexo na agenda financeira de todos os empregados, que deverão ser avisados com antecedência suficiente para se reorganizarem financeiramente. Também aqui iremos coincidir com o e-Social.</p>
Item 19 - Mútuos ativos registrados contabilmente sem remuneração	<p>Nossa proposta é a Domínio pagar o mútuo à CIC e liquidar o mútuo</p>
Item 20 - Conciliação entre a movimentação patrimonial das contas de Provisão e Resultado do Exercício	<p>As adições e exclusões são conciliadas com as movimentações contábeis. No caso de utilização da mesma conta para “provisão” e “despesa efetiva” a conciliação é feita. A sistemática que adotamos não foi mudada nesse exercício, já controlávamos dessa maneira antes da EY auditar a CIC (2012). Já fomos objeto de fiscalização da Receita Federal para fins de IRPJ e CSLL e os controles atuais foram apresentados ao fisco e não foram objetos de questionamento. Não iremos alterar a pratica vigente.</p>
Item 21 - Previdência Privada - Dedutibilidade	<p>Nosso entendimento de acordo com o disposto na legislação é que o plano seja oferecido a todos os empregados, o que não significa que seja em igualdade de condições ou mesmo que dependa de atingir determinados requisitos. Assim, no caso, é possível entender que o plano da CIC é disponibilizado a todos os empregados. Não iremos alterar nossa pratica atual.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



<p>Item 22 - PIS/COFINS Ausência de Tributação das Receitas de Benefício Fiscal</p>	<p>Trata-se de procedimento adotado pela CIC há vários anos, já tendo sido analisado pelas auditorias externas anteriores, que não se opuseram à prática. Ressaltamos, ainda, que a CIC já foi fiscalizada no tocante ao PIS e COFINS pela RFB, sendo que este procedimento também foi acatado pelo fisco federal, não ensejando qualquer lavratura de auto de infração. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que, em linha com o que foi mencionada no próprio ponto aqui retratado pela EY, a jurisprudência dominante caminha no sentido de confirmar que estes valores não são tributáveis pelo PIS e pela COFINS, razão pela qual entendemos serem remotos os riscos envolvendo a questão. Iremos consultar os escritórios que nos prestam assessoria quanto ao assunto.</p>
<p>Item 23 - Risco de glosa dos créditos de PIS e Cofins extemporâneos lançados no Ativo</p>	<p>A Companhia não utilizará os créditos acima destacados até o parecer dos consultores jurídicos, evitando assim gerar futuros encargos caso os referidos créditos sejam glosados. Quanto ao ativo constituído, não será efetuada a provisão para a perda até que nosso consultores jurídicos dê sua opinião legal. Os consultores da Companhia já foram acionados e estamos aguardando a elaboração do parecer deles quanto a matéria</p>
<p>Item 24 - Ausência de Provisão de PIS e COFINS referente Receita de Variação Cambial Auferida após o recebimento dos valores decorrentes de exportação</p>	<p>A Companhia já levantou os valores a serem recolhidos, desenvolveu internamente relatório sistematizado para acompanhamento e está ciente da necessidade de adequação dos procedimentos e reapuração de PIS e Cofins para os períodos demonstrados acima. No entanto, chamamos a atenção para a imaterialidade dos valores envolvidos. Estamos consultando nossos assessores jurídicos para verificar a necessidade de pagamento e lançamento destes valores.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Riscos relativos ao Brasil

O Governo Federal exerceu e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras, bem como a intervenção do Governo Federal nas áreas, podem afetar adversamente as atividades industriais. A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, por meio de modificações nas políticas monetária, de crédito e fiscal, entre outras. As medidas adotadas, no passado, pelo Governo Federal incluem, controle de salários e preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e estabelecimento de limites sobre a importação de mercadorias e serviços. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá vir a implementar no futuro. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais, poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: variação nas taxas de câmbio; inflação; taxas de juros; liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos; política fiscal e regime tributário; e medidas de cunho político, social e econômico que ocorram e possam afetar o Brasil.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil.

Não temos como assegurar que o Governo Federal dará continuidade às políticas econômicas do governo anterior, nem que eventuais alterações que venham a ser implementadas não afetarão de maneira adversa, direta ou indiretamente, nossos negócios.

A inflação e as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente os resultados de nossas operações. Historicamente, as taxas de inflação no Brasil são muito elevadas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação têm incluído uma política de forte arrocho monetário com altas taxas de juros, restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as medidas para controlar a inflação e a especulação pública a respeito de possíveis medidas adicionais também poderão contribuir de forma significativa para a incerteza no Brasil e, conseqüentemente, reduzir a confiança do investidor no País, afetar adversamente o crescimento da economia brasileira e, portanto, provocar um impacto negativo sobre nossos negócios.

Futuras ações do Governo Federal, tais como a redução da taxa de juros, intervenções no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do Real, podem desencadear aumento da inflação, o que pode afetar adversamente os níveis de consumo no varejo. Nesse cenário, nossos fornecedores tenderiam a aumentar o preço de suas mercadorias para compensar futuros aumentos na inflação. Não podemos prever se teremos capacidade de repassar qualquer aumento dos custos das mercadorias aos nossos consumidores no futuro, nem se o impacto negativo desse aumento afetará adversamente nossos negócios.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009**5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Para o Setor Têxtil Brasileiro, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), o ano de 2015 foi marcado por uma queda de 10% na produção de Vestuário em relação ao ano de 2014, e no seguimento têxtil que envolve a produção de tecido a queda foi de 14,5%. No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB (BC) Brasileiro fechou 2015 com uma forte queda de 3,71%. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, depois de atingir 4,3% em dezembro de 2014, se elevou para 6,9% em dezembro de 2015. A inflação medida pelo IPCA atingiu 10,7% em 2015, ante 6,4% no ano anterior. A maior parte dessa aceleração foi decorrente do impacto dos preços administrados, que aumentaram 18,1% no período (ante 5,3% em 2014). Os preços livres também subiram mais em 2015 (8,5%, após 6,7% em 2014), refletindo a maior pressão da taxa de câmbio. O real desvalorizou-se frente ao dólar e terminou dezembro em R\$ 3,96/US\$, ante R\$ 2,66/US\$ ao fim do ano de 2014. As incertezas políticas e econômicas, bem como o rebaixamento do Brasil para grau especulativo pelas agências de risco Standard & Poor's, Fitch e Moody's afetaram fortemente o desempenho da economia Brasileira.

Este cenário adverso, com forte queda na demanda mostrou o quanto o modelo tradicional de negócios da companhia fica dependente do ciclo econômico. Para mitigar tais efeitos no futuro e tendo em vista a perspectiva negativa para o próximo biênio quanto a retomada da atividade, a Companhia continua focando seus esforços no desenvolvimento de novos negócios que possam absorver sua produção de maneira indireta e igualmente aumentar o valor agregado em relação ao negócio tradicional. A Companhia também continua focada no aumento de sua participação no comércio externo, aproveitando a alta do dólar e também revendo modelos de gestão da produção e incorporando serviços para fazer frente às novas exigências do mercado externo. Continuamos a manter a atenção na proteção da margem operacional através de projetos de redução de custos, gestão da oferta de produtos e execução da sua estratégia comercial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10 Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais****I – Vendas**

As vendas físicas da Companhia em 2015 consolidaram 18.364 mil metros lineares de tecidos (21.817 mil em 2014) representando uma queda de -15,83%. Ambos os mercados, nacional e externo, apresentaram redução de vendas físicas em metros lineares, reflexo da conjuntura global e cenário macroeconômico brasileiro adverso.

II - Produção

Frente à queda da demanda e a consequente necessidade de adequação dos estoques de produtos acabados a realidade do mercado, a Companhia reduziu a sua produção em 22,5% em 2015.

III - Resultados**a) Receita Líquida de vendas:**

A receita líquida alcançou R\$177.409 mil em 2015 (R\$193.874 mil em 2014), o que representou uma redução de 8,49%.

b) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou em 2015 R\$143.147 mil (R\$ 147.846 mil em 2014), representando uma redução de 3,18% em função da redução dos volumes vendidos.

Os custos unitários por metro linear da Companhia registraram um aumento de 15,03% frente 2014, refletindo os impactos inflacionários dos insumos, alta do custo de energia elétrica, desvalorização do Real e a menor diluição dos custos fixos devido à redução da produção.

c) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As despesas Comerciais, Gerais e Administrativas em 2015 somaram R\$ 36.959 mil (R\$ 36.811 mil em 2014) o que representa um crescimento de 0,40%.

d) Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 3.914 mil (R\$ 3.241 positivo mil em 2014), com uma redução de R\$ 7.155 mil, basicamente em virtude do impacto da variação cambial ao longo de 2015 na parcela da dívida em moeda estrangeira, que embora tenha provocado um efeito negativo nos balanços da empresa, devido ao regime de competência, não resultou em impactos no caixa uma vez que a dívida em moeda estrangeira tem prazo de pagamento distribuído ao longo dos próximos anos e será quitada com recursos oriundos da exportação neutralizando o efeito cambial no caixa ao longo deste período.

e) EBITDA e Resultado Líquido do Exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2015 foi de R\$ 11.868 mil, 54,95%, menor em relação ao ano anterior que foi de R\$ 26.344 mil. O EBITDA ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Reconciliação do EBITDA

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	(5.335)	11.429
(+) IRPJ e CSLL	(2.183)	2.846
(-) Resultado financeiro	(3.914)	3.241
(+) Depreciação e Amortização	7.816	7.671
EBITDA (Segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	4.212	18.705
(+) Efeitos líquidos IFRS	7.656	7.639
EBITDA ajustado	11.868	26.344
Margem Ebitda ajustado em relação à receita líquida	6,69%	13,90%

O prejuízo líquido em 2015 foi de R\$ 5.335 mil frente a R\$ 11.429 mil de lucro líquido apurado em 2014.

f) Endividamento

	2015	2014
Composição da Dívida Líquida		
Dívida de curto prazo (a)	37.337	40.294
Dívida de longo prazo (a)	41.484	42.019
Dívida bruta	78.821	82.313
Caixa e equivalente caixa (b)	30.052	35.014
Títulos e valores mobiliários - circulante (b)	4.269	8.762
Dívida líquida (a-b)	44.500	38.537
Patrimônio líquido	144.882	151.460
EBITDA AJUSTADO	11.868	26.344

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:*i. hipóteses de resgate***“ARTIGO 7º - (...)**

Parágrafo único – O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há uma fórmula de cálculo do valor do resgate, de acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos último 3 anos o índice DFL/EBITDA (controladora + controladas) é apresentado abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Indicador	2015	2014	2013
*DFL/EBITDA AJUSTADO	3,75	1,46	2,06

*DFL= Dívida Financeira Líquida

A Companhia nos últimos anos tem reforçado a sua cobertura de caixa principalmente através de linhas de capital de giro, geração de caixa operacional e desmobilização de ativos não operacionais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento são linhas subsidiadas para atividade agrícola, linhas direcionadas ao exportador e linhas de tesouraria das instituições financeiras.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende buscar linhas de capital de giro e investimentos preferencialmente subsidiadas, através de instituições financeiras repassadoras e linhas de capital de giro disponíveis nas instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Controladora e Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros aa	Venc.	31/12/2015	31/12/2014
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) com juros de até 3,45%	2016	358	2.544
FINIMP	USD	Libor (Sem) com juros de até 3,05%	2016	1.472	2.505
Pré pagamento	USD	Libor (Trim e Sem) com juros de até 5,1%	2016	6.311	15.332
NCE	USD	4,6% a 5,23%	2019	31.747	17.875
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 2% a 3,5%	2019	33.314	25.993
FGPP	R\$	10,5%	2016	1.949	11.642
BNDES EXIM	R\$	8%	2015	-	2.509
BNDES REVITALIZA	R\$	7% (bônus de adimplência de 20% s/ juros)	2016	250	1.251
BNDES FINAME	R\$	Juros de até 6%	2021	3.420	2.662
TOTAL GERAL:				78.821	82.313
Circulante:				37.337	40.294
Não circulante:				41.484	42.019

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



A Companhia mantém com algumas instituições financeiras, contratos de prestação de serviços bancários e instrumentos de garantias.

g. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).

f. comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia Industrial Cataguases tem como balizador seu Estatuto Social, onde são deliberadas alçadas e competências. Atualmente temos contratos de empréstimos e financiamento com cláusulas restritivas de Covenants junto a algumas instituições financeiras.

i. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)

j. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante:

- Caixa e equivalente de caixa: **redução de 14,2%, devido principalmente ao menor patamar de vendas que afetou a geração operacional de caixa;**
- Títulos e Valores Mobiliários: **redução de 52,4%, devido principalmente ao menor patamar de vendas que afetou a geração operacional de caixa;**
- Estoques: **adequação do nível de estoques a previsão de demanda com consequente redução de 9,5%;**
- Impostos a recuperar: **redução de 49,5% pela compensação de impostos ao longo do exercício de 2015.**

Ativo Não Circulante: Não houve alteração significativaPassivo Circulante:

- Empréstimos e Financiamentos: **redução de 7,3%, devido principalmente a redução do endividamento;**
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: **não houve distribuição.**

Passivo Não Circulante:

- Passivo Fiscal Diferido: **redução 16,7%, devido principalmente em virtude da constituição de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e realização das reservas do custo atribuído.**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.2 Os diretores devem comentar****a. resultados das operações do emissor, em especial:***i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Para o Setor Têxtil Brasileiro, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), o ano de 2015 foi marcado por uma queda de 10% na produção de Vestuário em relação ao ano de 2014, e no seguimento têxtil que envolve a produção de tecido a queda foi de 14,5%. No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB (BC) Brasileiro fechou 2015 com uma forte queda de 3,71%. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, depois de atingir 4,3% em dezembro de 2014, se elevou para 6,9% em dezembro de 2015. A inflação medida pelo IPCA atingiu 10,7% em 2015, ante 6,4% no ano anterior. A maior parte dessa aceleração foi decorrente do impacto dos preços administrados, que aumentaram 18,1% no período (ante 5,3% em 2014). Os preços livres também subiram mais em 2015 (8,5%, após 6,7% em 2014), refletindo a maior pressão da taxa de câmbio. O real desvalorizou-se frente ao dólar e terminou dezembro em R\$ 3,96/US\$, ante R\$ 2,66/US\$ ao fim do ano de 2014. As incertezas políticas e econômicas, bem como o rebaixamento do Brasil para grau especulativo pelas agências de risco Standard & Poor's, Fitch e Moody's afetaram fortemente o desempenho da economia Brasileira.

Este cenário adverso, com forte queda na demanda mostrou o quanto o modelo tradicional de negócios da companhia fica dependente do ciclo econômico. Para mitigar tais efeitos no futuro e tendo em vista a perspectiva negativa para o próximo biênio quanto a retomada da atividade, a Companhia continua focando seus esforços no desenvolvimento de novos negócios que possam absorver sua produção de maneira indireta e igualmente aumentar o valor agregado em relação ao negócio tradicional. A Companhia também continua focada no aumento de sua participação no comércio externo, aproveitando a alta do dólar e também revendo modelos de gestão da produção e incorporando serviços para fazer frente às novas exigências do mercado externo. Continuamos a manter a atenção na proteção da margem operacional através de projetos de redução de custos, gestão da oferta de produtos e execução da sua estratégia comercial.

A receita operacional da Companhia é composta principalmente pela venda de tecidos 100% algodão, de tecidos com composições diversas e de peças de vestuário de moda e uniformes profissionais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As vendas físicas da Companhia em 2015 consolidaram 18.364 mil metros lineares de tecidos (21.817 mil em 2014) representando uma queda de -15,83%. Ambos os mercados, nacional e externo, apresentaram redução de vendas físicas em metros lineares, reflexo da conjuntura global e cenário macroeconômico brasileiro adverso.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida alcançou R\$177.409 mil em 2015 (R\$193.874 mil em 2014), o que representou uma redução de 8,49%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Frente à queda da demanda e a consequente necessidade de adequação dos estoques de produtos acabados a realidade do mercado, a Companhia reduziu a sua produção em 22,5% em 2015.

O custo dos produtos vendidos totalizou em 2015 R\$143.147 mil (R\$ 147.846 mil em 2014), representando uma redução de 3,18% em função da redução dos volumes vendidos. Os custos unitários por metro linear da Companhia registraram um aumento de 15,03% frente 2014, refletindo os impactos inflacionários dos insumos, alta do custo de energia elétrica, desvalorização do Real e a menor diluição dos custos fixos devido à redução da produção.

As despesas Comerciais, Gerais e Administrativas em 2015 somaram R\$ 36.959 mil (R\$ 36.811 mil em 2014) o que representa um crescimento de 0,40%.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 3.914 mil (R\$ 3.241 positivo mil em 2014), com uma redução de R\$ 7.155 mil, basicamente em virtude do impacto da variação cambial ao longo de 2015 na parcela da dívida em moeda estrangeira, que embora tenha provocado um efeito negativo nos balanços da empresa, devido ao regime de competência, não resultou em impactos no caixa uma vez que a dívida em moeda estrangeira tem prazo de pagamento distribuído ao longo dos próximos anos e será quitada com recursos oriundos da exportação neutralizando o efeito cambial no caixa ao longo deste período.

O EBITDA Ajustado do exercício de 2015 foi de R\$ 11.868 mil, 54,95%, menor em relação ao ano anterior que foi de R\$ 26.344 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional (Não se aplica).*
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária (Não se aplica).*
- c. eventos ou operações não usuais:*

No exercício de 2015 a Companhia cedeu créditos de excedente de energia elétrica contratados no montante de R\$ 3.832 mil e vendeu excedente de algodão no montante de R\$ 4.028mil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



10.4 Os Diretores devem comentar sobre:

- a. As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).**
- b. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).**
- c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não há ressalvas, ênfases, nem limitações de escopo no parecer auditor independente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação	
	31/12/2015	31/12/2014
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra-grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intra-grupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições contábeis, resgatáveis em até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a valor justo em 01/01/2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e, baseado em laudo técnico, efetuou o ajuste da depreciação conforme novas taxas de forma prospectiva. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	2015 e 2014
Edificações	20,0
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

h) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

i) Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

ii) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

k) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede, abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados contratados até 31 de dezembro de 2014 e que vier se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

o) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2015 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.6 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:****a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
- ii. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
- i. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- ii. Comentários sobre contratos de construção não terminada*
- iii. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, não possui ativos e/ou passivos que tenham materialidade relevante e que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras (Não se aplica).

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

10.7. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor (Não se aplica).
- b. natureza e o propósito da operação (Não se aplica).
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação (Não se aplica).

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.8. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:****a. investimentos, incluindo:***i. Comentários sobre a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando em 2015 recursos da ordem de R\$ 4.770 mil. Para o próximo exercício, além dos projetos aprovados em 2015 e não concluídos ou prorrogados para 2016, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 5.920 mil, em projetos de melhoria de competitividade e manutenção da capacidade produtiva instalada, entre outros.

ii. Comentários sobre as fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende acessar os bancos de fomento para os investimentos previstos em 2015, além de utilizar de recursos próprios.

iii. Comentários sobre desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais e municipais.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor (Não se aplica).**c. novos produtos e serviços: (Não se aplica)**

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.